



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

**REGULAMENTA a Lei Federal nº
14.017, de 29 de junho de 2020, no
âmbito do Poder Executivo
Municipal e dá providências
correlatas.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado de
Sergipe**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109,
inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos
mecanismos internos às normas autoaplicáveis da Lei Federal nº
14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações
emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante
o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo
nº 6, de 20 de março de 2020.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal n.
10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei Federal nº
14.017, de 29 de junho de 2020.

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal, por meio da
Secretaria Municipal da Cultura – SECULT, juntamente com a
Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - SEPLANF
executará diretamente os recursos de que trata a Lei Federal nº
14.017, de 29 de junho de 2020, mediante programas que
contemplem as hipóteses enumeradas no artigo 2º, incisos II e III,
bem como das disposições do Decreto Federal n. 10.464, de 17 de
agosto de 2020.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

Art. 2º O valor disponibilizado pela União ao município de Riachuelo/SE pela Lei Federal nº 14.017, de 2020, será executado durante o exercício de 2020.

Art. 3º Sem prejuízo dos demais cadastros previstos no parágrafo 1º do artigo 7º da Lei Federal, o município de Riachuelo/SE realizará o cadastro dos beneficiários do inciso I do artigo 2º da lei federal, devendo encaminhar o referido credenciamento para o governo do Estado.

Art. 4º Compete ao município de Riachuelo/SE, em conjunto com o Estado de Sergipe, elaborarem e publicarem editais, chamadas públicas ou outros instrumentos aplicáveis para prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural, manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, e realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, em observância ao disposto no inciso III do caput do art. 2º da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

§1º Pelo menos 20% (vinte por cento) dos valores previstos e repassados ao município serão destinados às ações emergenciais previstas no caput deste artigo.

Art. 5º Os recursos a serem utilizados para subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei 14.017/2020 que determina o valor mínimo de R\$ 3.000,00 e máximo de R\$ 10.000,00, será distribuído de acordo com os seguintes critérios de pontuação:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

ESCALONAMENTO DOS RECURSOS			PONTUAÇÃO				
Nº	CRITÉRIOS	Pontuação Máxima	01	02	03	04	05
1	TEMPO DE EXISTÊNCIA	05	02 ANOS	03 ANOS	04 ANOS	05 ANOS	ACIMA DE 05 ANOS
2	NÍVEL DE VULNERABILIDADE - IDHM (MUNICÍPIO)	05	MUITO ALTO 0,800 a 1	ALTO 0,700 a 0,799	MÉDIO 0,600 a 0,699	BAIXO 0,500 a 0,599	MUITO BAIXO 0,000 a 0,499
3	LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL EM ÁREA DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL	05	NÍVEL I - centro ou distrito sede e/ou áreas nobres	NÍVEL II - comunidades urbanas afastadas do centro, da sede e das áreas nobres	NÍVEL III - comunidades urbanas periféricas sem infraestrutura	NÍVEL IV - Comunidades rurais	NÍVEL V - comunidades tradicionais
4	SITUAÇÃO DO LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO CULTURAL	05	ESPAÇO PÚBLICO	ESPAÇO EMPRESTADO OU DE USO COMPARTILHADO	ESPAÇO ITINERANTE	ESPAÇO PRÓPRIO, E ESPAÇO PÚBLICO CEDI DO EM COMODATO	ESPAÇO ALUGADO E ESPAÇO PRÓPRIO FINANCIADO
5	ACESSIBILIDADE DO ESPAÇO CULTURAL	05	01 tipo	02 tipos	03 tipos	04 tipos	Acima de 04
6	ATENDIMENTO A COMUNIDADES TRADICIONAIS	05	01	02	03	04	Acima de 04
7	PORTE DE FINALIDADE ECONÔMICA DO ESPAÇO CULTURAL	05	EPP	ME	MEI/PESSOA FÍSICA	COLETIVO CULTURAL	COOPERATIVAS ASSOCIAÇÃO PRIVADA ORGANIZAÇÃO SOCIAL (OS) FUNDAÇÃO PRIVADA
8	FUNCCIONÁRIOS CONTRATADOS	05	01	02	03	04	Acima de 04

Assinatura
Assinatura



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020

9	DESPESA COM ENERGIA, AGUA, IPTU E GAS ÚLTIMOS 04 MESES DE 2019;	05	Até R\$ 1.000,00	De R\$ 1.000,01 até R\$ 2.000,00	De R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	De R\$ 3.000,01 até R\$ 4.000,00	Acima de R\$ 4.000,00
10	PAUPELAMENTO REFERENTE A 2019	05	Até R\$ 12.000,00	De R\$ 12.000,01 a R\$ 20.000,00	De R\$ 20.000,01 a R\$ 40.000,00	De R\$ 40.000,01 a R\$ 50.000,00	Acima de R\$ 50.000,00

PONTUAÇÃO TOTAL	PONTUAÇÃO	VALOR DA SUBVENÇÃO MENSAL
50	De 05 a 30 pontos	R\$ 3.000,00
	De 31 a 50 pontos	R\$ 5.000,00

§ 1º O subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social poderá ser executado tanto para atividades interrompidas total ou parcialmente.

§ 2º O benefício de que trata o caput deste artigo somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro referido no § 1º deste artigo ou seja responsável por mais de um espaço cultural.

§ 3º Não fará jus ao subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei 14.017/2020, os que estiveram inativos até 31 de dezembro de 2019.

§ 4º Em caso de empate conforme pontuação prevista na tabela do caput deste artigo, será adotado como critério de desempate o maior tempo de existência do espaço cultural.

§ 5º A critério do município e de acordo com a disponibilidade financeira e número de selecionados, poderá ser

Handwritten signature and initials



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

destinado o mínimo de duas parcelas, respeitando o disposto no art. 7º da Lei 14.017, de 29 de junho de 2020.

Art. 6º Para recebimento do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei 14.017/2020, o espaço cultural deverá apresentar plano de trabalho, com orçamentos comprovativos de valor e documentação referente ao espaço.

§ 1º A Secretaria municipal da Cultura – SECULT divulgará, no site oficial da Prefeitura, a listagem de beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º da Lei, bem como o status da sua prestação de contas.

§ 2º As entidades de que trata o artigo 5º deste Decreto, deverão apresentar auto declaração, da qual constarão informações sobre a interrupção de suas atividades e indicação dos cadastros em que estiverem inscritas acompanhados da sua homologação, quando for o caso.

Art. 7º O beneficiário do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao ente federativo responsável, conforme o caso, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio mensal.

§ 1º A prestação de contas de que trata este artigo deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 2º Os gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário poderão incluir despesas realizadas com:

- I – internet;
- II – transporte;
- III – aluguel;
- IV – telefone;
- V – consumo de água e luz; e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

VI – outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário, assim entendidas as seguintes despesas:

- a) Folha de pessoal, a partir de março de 2020;
- b) Aquisição de equipamentos para transmissão de atividades culturais pela internet;
- c) Aquisição de materiais e/ou equipamentos para manter as atividades culturais;
- d) Tributos, encargos sociais devidos a partir de março de 2020;
- e) Material de consumo necessário para o funcionamento (água, papel, material de expediente, descartáveis);
- f) locação, taxa de condomínio desde que devidas a partir de março de 2020;
- g) com manutenção de bens móveis destinados a *manutenção dos espaços culturais*;
- h) com serviços de manutenção das atividades culturais (dedetização, vigilância);

Art. 8.º A prestação de contas será constituída pelos seguintes documentos:

- I – cópia dos Planos de Trabalho e de Aplicação dos recursos;
 - II – demonstrativo da execução da Receita e Despesa;
 - III – relação dos documentos comprobatórios das despesas executada, inclusive notas fiscais;
 - IV – documentos comprobatórios de todas as despesas executadas;
 - V – extratos originais de toda a movimentação financeira
- Praça Getúlio Vargas, nº 72, Centro, CEP: 49.130-000, Riachuelo – Sergipe



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

dos recursos repassados:

VI - originais dos contratos firmados com terceiros.

Art. 9º A Secretaria municipal da Cultura do Município de Riachuelo/SE realizará a verificação de elegibilidade dos beneficiários do inciso II do Art. 2º, da Lei Federal nº 14.017/2020, por meio de consulta de dados, no âmbito estadual ao sistema da Prodam e, no âmbito federal ao sistema da DataPrev, disponibilizado pelo Ministério do Turismo.

Art. 10º Fica criado o Comitê Gestor do Fundo Emergencial de Cultura (FEC), vinculado à Secretaria Municipal da Cultura do Município de Riachuelo/SE e presidido por um de seus membros, com as seguintes atribuições:

I – Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Riachuelo/SE para a distribuição dos recursos na forma prevista no artigo 2º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020;

II – Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas referente ao recurso de que trata o artigo 1º da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020;

III – Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o município;

IV – Fiscalizar a execução dos recursos transferidos pelos órgãos do Governo Federal;

V – Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Estado de Sergipe.

§1º O Comitê Gestor de que trata este artigo será composto pelos integrantes das seguintes instituições:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

**DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

- I – Secretaria Municipal da Cultura;
II – Secretaria Municipal do Planejamento e Finanças;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho;
IV – Um representante do Conselho Municipal da Cultura;
V – Um representante da Sociedade Civil.

§2º Os órgãos citados indicarão os titulares e suplentes dos incisos I, II e III.

§3º Caberá ao Presidente do Comitê, convidar os representantes dos incisos IV e V.

§4º O Comitê Gestor do Fundo Emergencial de Cultura (FEC), fará à gestão dos recursos provenientes da União, observando-se o disposto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, bem como a prestação de contas junto aos órgãos competentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Riachuelo, 14 de setembro de 2020.

**CÂNDIDA EMÍLIA SANDES VIEIRA LEITE
PREFEITA MUNICIPAL**

Flavio Silva dos Santos

Secretário Municipal do Planejamento e Finanças



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

DECRETO Nº 411
DE 14 DE SETEMBRO DE 2020


Adriana Alves de Oliveira
Secretária Municipal da Cultura


Aldebrando de Menezes Leite
Secretário Municipal de Governo